



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal Professora Luciene Cavalcante - PSOL/SP

Apresentação: 25/05/2023 16:53:28.030 - CASP

REQ n.29/2023

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

REQUERIMENTO Nº , DE 2023.
(Da Sra. Professora Luciene Cavalcante)

Requer a constituição de Grupo de Trabalho destinado a acompanhar a implementação do Piso Nacional do Magistério em todo território nacional.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência a constituição de Grupo de Trabalho destinado a acompanhar a implementação do Piso Nacional do Magistério em todo território nacional.

JUSTIFICATIVA

O Piso Nacional do Magistério é uma conquista importante para a valorização dos profissionais da educação e para a qualidade da educação no Brasil. Foi estabelecido pela Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008 e garante a todos professores e professoras da Educação básica o direito a um salário digno.

O Ministério da Educação anunciou o reajuste do valor do Piso Nacional para o ano de 2023 no patamar de R\$ 4.420,55 para professores com jornada de 40 horas semanais. Importante destacar que a Lei nº 11.738/08 já regula o reajuste anual do piso, com data-base fixada em janeiro de cada ano civil, além de estabelecer a respectiva previsão orçamentária em caso de necessidade de suplementação.



Câmara dos Deputados | Anexo IV - Gabinete 617 | CEP 70160-900 - Brasília/DF
Tel: (61) 3215-5617 | dep.professoralucienecavalcante@camara.leg.br

Assinado eletronicamente pelo(a) dep.professoralucienecavalcante@camara.leg.br
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231335958100>



* CD 231335958100 *
LexEdit



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal Professora Luciene Cavalcante - PSOL/SP

Quando o ente federativo não consegue pagar, a Lei diz que o Governo Federal tem que dar a suplementação orçamentária para que o valor do piso seja cumprido, ou seja, não há um aumento de salário sem fonte de recursos, pois o FUNDEB garante aos Estados e Municípios o complemento financeiro para o pagamento do Piso do Magistério.

No entanto, tem-se notícia que muitos municípios e estados ainda não cumprem integralmente a lei e não pagam o valor mínimo aos professores e professoras, de forma que é urgente o apoio desta Casa Legislativa para conduzir a regularização da situação.

Diante do exposto e considerando a inegável relevância da matéria em apreço, solicito a criação do Grupo de Trabalho proposto.

Sala da Comissão, de maio de 2023.

PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE
Deputada Federal - PSOL/SP

